



matosinhos

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

AQ Fiscalização - ANEXO

CADERNO DE ENCARGOS TIPO

(Procedimentos ao abrigo do AQ)

fevereiro 2024



Índice

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| 1.1 | DISPOSIÇÕES | 4 |
| 1.2 | DEFINIÇÕES | 4 |
| 1.3 | DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 4 |
| 1.4 | REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 5 | |
| 1.5 | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL..... | 6 |
| 1.6 | PUBLICIDADE..... | 6 |
| 1.7 | CONFIDENCIALIDADE | 6 |
| 1.8 | TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS | 7 |
| 1.9 | RESPONSABILIDADE | 7 |
| 1.10 | RESOLUÇÃO..... | 8 |
| 1.11 | CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR | 9 |
| 2 | OBJETO E ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... | 10 |
| 2.1 | OBJETO | 10 |
| 2.2 | ÂMBITO | 10 |
| 2.2.1 | Principais obrigações relativas à prestação de serviços: | 10 |
| 2.2.2 | Principais obrigações relativas a “Gestão e Fiscalização da Obra” | 11 |
| 2.2.3 | Principais obrigações relativas a “Coordenação de Segurança em Obra” | 17 |
| 2.2.4 | Obrigações no âmbito do processo dos Trabalhos Complementares | 19 |
| 2.3 | PREÇO BASE | 19 |
| 3 | ENTIDADES INTERVENIENTES | 21 |
| 4 | ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE | 23 |
| 4.1 | DISPOSIÇÕES GERAIS | 23 |
| 4.2 | MEIOS DE ORGANIZAÇÃO | 23 |



| | | |
|-----|---|----|
| 4.3 | MEIOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS | 24 |
| 4.4 | EQUIPA | 26 |
| 5 | PREÇO CONTRATUAL MÁXIMO | 31 |
| 6 | CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO | 32 |
| 6.1 | VALOR DA REMUNERAÇÃO | 32 |
| 6.2 | REGIME DE SÉRIE DE PREÇOS | 32 |
| 6.3 | FATURAÇÃO E PAGAMENTO | 33 |
| 6.4 | PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS A PEDIDO DO EMPREITEIRO | 34 |
| 6.5 | REVISÃO DA REMUNERAÇÃO | 34 |
| 6.6 | ADIANTAMENTOS | 34 |
| 6.7 | CAUÇÃO | 34 |
| 7 | PESSOAL | 36 |
| 7.1 | DISPOSIÇÕES GERAIS | 36 |
| 7.2 | HORÁRIO DE TRABALHO | 36 |
| 7.3 | ACIDENTES, MEDICINA NO TRABALHO E SEGURANÇA DO PESSOAL | 36 |
| 8 | SEGUROS | 38 |
| 9 | PRAZOS | 39 |
| 10 | OBRIGAÇÕES PÓS-CONTRATUAIS | 40 |
| 11 | PENALIDADES | 41 |
| 12 | MODIFICAÇÕES OBJETIVAS AO CONTRATO | 43 |
| 13 | CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE | 44 |



1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 DISPOSIÇÕES

As presentes cláusulas aplicam-se à Aquisição de Serviços, ao abrigo do **Acordo Quadro nº Acordo Quadro n.º AQ Fiscalização (EDOC/2023/9244)** de Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra para a Empreitada de **“Conjunto habitacional da Cruz de Pau – Rua Dr. Teixeira de Melo - Fiscalização da empreitada”**.

Os trabalhos objeto da presente prestação de serviços serão realizados no local da empreitada, situada em **Matosinhos**, e obedecerão a este Caderno de Encargos e respetivos Anexos, que fazem parte integrante do mesmo.

Podem ser efetuadas visitas ao local para aferição das condições locais, não sendo aceites quaisquer reclamações motivadas pela deficiente avaliação das mesmas.

1.2 DEFINIÇÕES

Entidade adjudicante: **Câmara Municipal de Matosinhos**, pessoa coletiva nº **501 305 912**, com sede social em **Matosinhos**

Cocontratante: Entidade com quem, sendo-lhe adjudicada a aquisição de serviços, será celebrado o contrato a que este Caderno de Encargos diz respeito.

1.3 DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Na prestação de serviços observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Acordo-Quadro n.º **AQ Fiscalização (EDOC/2023/9244)**
- c) O Código dos Contratos Públicos (CCP);
- d) A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela fiscalização de obra e os deveres que lhes são aplicáveis;
- e) O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável, bem como o disposto no Plano de Segurança e Saúde da Empreitada;
- f) Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, serão observados



em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Terão ainda de ser respeitadas as disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

Nas suas relações com todos os intervenientes, empreiteiro, fornecedores, prestadores de serviços, etc., o Cocontratante obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pela Entidade Adjudicante no âmbito do contrato a celebrar e do presente Caderno de Encargos.

Os contratos de prestação de serviços integram os seguintes elementos:

- a) O título contratual, seus anexos e eventuais aditamentos;
- b) Os esclarecimentos e retificações ao Caderno de Encargos prestados no decurso do procedimento pré-contratual;
- c) O Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.

1.4 REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem, decrescente, de prevalência e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP:

- 1º) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante nos termos do artigo 50.º do CCP;
- 2º) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
- 3º) O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
- 4º) A proposta do Cocontratante;
- 5º) Os esclarecimentos sobre a proposta do Cocontratante, prestados pelo mesmo.



As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste, resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante de acordo com o artigo 99.º do CCP e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101.º daquele Código.

Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Cocontratante deverá:

- a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à Entidade Adjudicante e aceitar as decisões que esta tomar;
- b) Se as dúvidas ocorrerem após o início da execução do contrato, o Cocontratante deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.

A falta de cumprimento dos deveres referidos acima torna o Cocontratante responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

1.5 SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

A cessão de posição contratual (incluindo a cessão de créditos) e a subcontratação estão sujeitas a autorização prévia da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 318.º e seguintes do CCP.

Em caso de subcontratação, o Cocontratante é responsável por garantir o cumprimento, pelo subcontratado, do previsto artigo 1.8 do presente Caderno de Encargos, referente a tratamento de dados pessoais.

1.6 PUBLICIDADE

O Cocontratante não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade sem a prévia autorização da Entidade Adjudicante.

1.7 CONFIDENCIALIDADE

O Cocontratante, incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados e trabalhadores destes, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, incluindo por seus trabalhadores, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.



1.8 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Cocontratante é ainda responsável por garantir o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação em vigor referente à proteção de dados pessoais, nomeadamente o previsto no n.º 3 do art.º 28.º do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

A Entidade Adjudicante pode a todo o tempo solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento daquele regulamento.

1.9 RESPONSABILIDADE

O Cocontratante assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pelos mesmos, sendo de sua conta e responsabilidade nomeadamente o fornecimento de todos os meios humanos e/ou materiais bem como a sua adequação à prestação de serviços.

O Cocontratante responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Cocontratante provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela Entidade Adjudicante.

Em qualquer altura e logo que solicitado pela Entidade Adjudicante, o Cocontratante obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Cocontratante, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

Se a Entidade Adjudicante tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Cocontratante, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo à Entidade Adjudicante o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.

A Entidade Adjudicante não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Cocontratante, salvo culpa comprovada dos agentes da Entidade Adjudicante, no exercício das respetivas funções.

As ações de supervisão e/ou aprovação da Entidade Adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Cocontratante no que se refere à prestação de serviços.

Sempre que o Cocontratante sofra impedimentos na execução dos serviços para que fora



contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a Entidade Adjudicante de modo a este ficar habilitado a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto à responsabilidade do Cocontratante.

1.10 RESOLUÇÃO

Sem prejuízo do referido nos números seguintes bem como no Caderno de Encargos do Acordo Quadro, e o disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Cocontratante, após este último ter sido notificado para cumprir e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação, nomeadamente e comprovadamente nos seguintes casos:

- a) Quando o Cocontratante não der à prestação de serviços o andamento necessário para assegurar a conclusão no prazo contratualmente fixado;
- b) Quando houver incumprimento reiterado das orientações transmitidas pela Entidade Adjudicante;
- c) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do presente Caderno de Encargos ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má-fé por parte do Cocontratante.

A Entidade Adjudicante poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Cocontratante designadamente nos casos seguintes:

- a) Se o Cocontratante, sem prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;
- b) Quando não se verifique o início da prestação de serviços no prazo contratualmente fixado;
- c) Autorização de realização de trabalhos que comprometam as condições de segurança da obra e do pessoal afeto à mesma;
- d) Não apresentação das medições detalhadas nos termos do ANEXO I do presente Caderno de Encargos, devidamente validadas;
- e) Evidência de erros grosseiros e/ou reiterados nas medições apresentadas.

O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores não preclui o direito da Entidade Adjudicante vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Cocontratante e da resolução do contrato.

Se a resolução do contrato for imputável ao Cocontratante, um dos elementos a ter em conta na



avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.

Em caso de resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante, ficarão automaticamente retidas e em seu poder todas as importâncias que esta deva ao Cocontratante por serviços prestados ou que estejam em seu poder, como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Cocontratante.

Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Cocontratante será o montante respetivo deduzido nos depósitos, nas quantias em dívida, ou por acionamento das cauções, mediante prévia declaração de compensação de créditos.

A Entidade Adjudicante, independentemente da conduta do Cocontratante, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato.

A Entidade Adjudicante poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

1.11 CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Ocorrendo caso fortuito ou de força maior nenhuma das partes tem de indemnizar a outra dos prejuízos sofridos, quer a título de danos emergentes quer por lucros cessantes.

Em caso fortuito ou de força maior a parte atingida notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que as partes, em colaboração, procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos.

Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.



2 OBJETO E ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 OBJETO

A prestação de serviços objeto do contrato compreende todas as ações a desenvolver pelo Cocontratante, necessárias para atingir a completa realização da obra até à sua receção provisória, com eficiência, qualidade e ao menor custo, de acordo com o presente Caderno de Encargos, os Projetos e demais elementos contratuais, abrangendo as seguintes áreas:

- a) Coordenação, Gestão e Fiscalização da Empreitada
- b) Controlo do Planeamento, Custos e Quantidades;
- c) Controlo de Execução da Obra.
- d) Coordenação de Segurança em Obra

A prestação de serviços compreende ainda o acompanhamento na eliminação das anomalias constatadas nas vistorias realizadas, bem como as ações inerentes à elaboração da conta final da empreitada e compilação técnica.

2.2 ÂMBITO

2.2.1 Principais obrigações relativas à prestação de serviços:

- a) Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas no contrato da empreitada;
- b) Assegurar o controlo de custos e prazos da empreitada, nomeadamente através de:
 - i. Fundamentação adequada e devidamente sustentada relativamente a preços novos no âmbito de trabalhos complementares;
 - ii. Verificação do cumprimento dos limites legais à execução de trabalhos dos trabalhos complementares;
 - iii. Elaboração de medições detalhadas e rigorosas dos trabalhos executados;
 - iv. Em caso de desvios face ao plano de trabalhos e risco de incumprimento de quaisquer prazos contratuais notificar o empreiteiro, por escrito e antes daquele incumprimento se verificar, interpelando-o para a adoção das medidas necessárias à recuperação do atraso.
- c) Assegurar a boa execução do projeto e qualidade na empreitada;
- d) Em caso de incumprimento grave e/ou reiterado pelo empreiteiro de ordens ou instruções da fiscalização em matéria de execução da obra ou de segurança, registar por escrito o referido incumprimento mediante notificação escrita ao empreiteiro;
- e) Prestar todo o apoio técnico necessário no âmbito de qualquer processo contencioso que



tenha por objeto litígios emergentes do contrato de empreitada.

2.2.2 Principais obrigações relativas a “Gestão e Fiscalização da Obra”

Coordenação e Fiscalização da Obra

- a. Gerir o contrato nas suas várias vertentes de desenvolvimento, bem como as tarefas de articulação institucional com o Dono de Obra e demais entidades conexas.
- b. Emitir Instruções, Comunicações, Não Conformidades, Notificações, Boletins de Progresso e demais documentos para o empreiteiro, considerados necessários à realização da Assessoria, Fiscalização e Coordenação das obras;
- c. Participar e secretariar reuniões com a Entidade Adjudicante que permitam a análise do andamento dos trabalhos das obras, e das ações desenvolvidas pelos respetivos Cocontratantes;
- d. Coordenar e secretariar as reuniões e demais contactos que a Entidade Executante decida efetuar com entidades intervenientes na execução da obra ou concessionárias de serviços públicos, fazendo cumprir as decisões daí resultantes;
- e. Preparar, acompanhar ou conduzir todas as visitas à obra julgadas convenientes pela Entidade Adjudicante;
- f. Propor, convocar, coordenar e secretariar reuniões com o empreiteiro, com os autores dos projetos ou com quaisquer outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à obra, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar e encaminhar problemas a resolver;
- g. Analisar, propor e elaborar pareceres claros e inequívocos sobre todas as questões relativas à gestão contratual da empreitada e fornecimentos, nomeadamente as questões relativas a revisões de preços, pedidos de prorrogação de prazo, indemnizações e penalidades a aplicar ao empreiteiro, análise dos trabalhos complementares, qualidade e segurança dos trabalhos, do cumprimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e de preservação ambiental, entre outras;
- h. Assegurar e promover diligências junto de empreiteiro e fornecedores para correção de desvios (quantidades, qualidade, segurança ou prazos) ou realização de alterações relativas aos trabalhos previstos;
- i. Assegurar e promover as diligências junto de empreiteiro e fornecedores no que diz respeito ao cumprimento das ações de controlo da qualidade, de ambiente, incluindo apoio a certificações ambientais;



- j. Acompanhamento e apoio aos licenciamentos necessários e na obtenção de autorizações de utilização;
- k. Elaborar e apresentar mensalmente Relatório, de acordo com modelo a fornecer pela Entidade Adjudicante, ou outro que venha a ser acordado entre as partes;
- l. Elaborar a compilação técnica, nomeadamente no que concerne à validação das telas finais e outros documentos apresentados pelo empreiteiro de acordo com os trabalhos executados, bem como garantir a perfeita integração de outros elementos que tenham sido disponibilizados pela Entidade Adjudicante, decorrentes de outros contratos para a mesma obra, devendo propor à Entidade Adjudicante a sua aprovação ou rejeição em momento anterior à vistoria para efeitos de receção provisória

A Compilação Técnica deverá incluir os seguintes elementos:

- i. Memória descritiva com identificação e endereço dos intervenientes na fase de Construção (dono da obra/promotor, projetistas, coordenadores de segurança, em projeto e em obra, fiscalização, entidade executante, e subempreiteiros cujas intervenções sejam relevantes), data de início e conclusão da obra, auto de receção provisória e prazo de garantia da obra.
- ii. Caracterização da obra com descrição sumária da obra (aspetos estruturais relevantes, tipo de envolvente, tipo de cobertura, etc.), Telas Finais da obra construída, estudo geológico e geotécnico do terreno, projeto de infraestruturas técnicas de ligação ao exterior (serviços afetados), resultados dos ensaios do betão, referir eventuais materiais que sejam relevantes para a prevenção de riscos profissionais na fase de utilização, certificados de garantia dos equipamentos, manuais de utilização dos Edifícios e manutenção dos equipamentos (caso aplicável), documentos de vistoria e aprovação, do serviço de Bombeiros, dos elevadores, da rede de gás, rede elétrica, rede de água, e rede de esgotos entre outros (caso aplicável).
- iii. Manual de Utilização do edifício/equipamento (caso aplicável) com informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção, informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais da obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos.

Controlo do Planeamento, Custos e Quantidades

- a. Analisar a Metodologia de Execução e os Planos de Trabalhos propostos pelo empreiteiro, bem



como as respetivas atualizações e revisões se a elas houver lugar;

- b. Manter a Entidade Adjudicante correta e permanentemente informada da situação pormenorizada e real de desenvolvimento dos trabalhos e da sua projeção e consequências;
- c. Identificar e caracterizar os desvios no desenvolvimento dos trabalhos, e apontar as ações necessárias à sua correção ou eliminação;
- d. Analisar, prever e controlar os prazos e custos necessários à execução da obra, comparando o realizado com o plano de trabalhos e o cronograma financeiro da empreitada, devidamente aprovados;
- e. Garantir e assegurar o controlo contabilístico da obra;
- f. Analisar e dar parecer fundamentado, em termos conclusivos, sobre os Planos de Trabalhos propostos pelo empreiteiro para aprovação;
- g. Analisar e dar parecer fundamentado sobre as metodologias de execução propostas pelo empreiteiro e sobre a sua interpretação e correta representação no Plano de Trabalhos;
- h. Efetuar a atualização mensal e revisão periódica dos Planos de Trabalhos, segundo critérios a estabelecer com o Dono da Obra, que permitam constatar:
 - i. Os desvios verificados entre as atividades programadas e as efetivamente realizadas no período de tempo considerado;
 - ii. A reprogramação dos trabalhos, em termos de plano de atividades, recursos humanos, equipamentos, materiais de construção e pagamentos, tendo em conta o efetivamente realizado e mantendo os níveis de recursos inicialmente previstos pelo empreiteiro, bem como tendo em conta a projeção dos dados de seguimento e as estatísticas efetivamente verificadas no decurso dos trabalhos já realizados;
 - iii. A reprogramação dos trabalhos, em termos de plano de atividades, recursos humanos, equipamentos, materiais de construção e pagamentos, tendo em conta as imposições que a fiscalização vier a determinar para cumprimento das condições contratuais.
- i. Implementação das medidas aprovadas pela Entidade Adjudicante com o fim de recuperar eventuais atrasos e dar cumprimento às datas estabelecidas, nomeadamente elaboração do plano de trabalhos de recuperação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 404.º do CCP, quando aplicável;
- j. Apreciar e informar acerca dos planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne à mão-de-obra, equipamentos, materiais e plano de estaleiro, incluindo as respetivas instalações



provisórias;

- k. Atualizar o Cronograma Financeiro, em perfeita consonância com o progresso real dos trabalhos;
- l. Fornecer as informações adicionais que a Entidade Adjudicante venha eventualmente a solicitar, nomeadamente no caso desta considerar que o Plano de Trabalhos não tem detalhe suficiente para o acompanhamento e controlo do progresso;
- m. Efetuar a atualização mensal dos mapas de quantidades de trabalho realizadas e por realizar, bem como dos cronogramas financeiros da empreitada;
- n. Elaborar o projeto de Relatório Final da prestação de serviços, de acordo com os parâmetros a fornecer pela Entidade Adjudicante, a submeter à apreciação da mesma;
- o. Controlar mensalmente a evolução física da empreitada com identificação de percentagem de obra realizada por atividades principais;
- p. Entrega mensal de relatórios fotográficos para aferição da evolução física da empreitada;
- q. Registar diariamente as principais atividades desenvolvidas pelo empreiteiro, incluindo as cargas de mão-de-obra, equipamentos e materiais de construção utilizados nas diversas frentes de trabalho, de acordo com o discriminado no programa de trabalhos da obra, identificando expressamente os meios que apesar de presentes não estejam em efetiva utilização;
- r. Controlo de limites de subempreitada nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 383.º do CCP;
- s. Implementar um esquema de recolha de elementos sobre o andamento da empreitada e dos fornecimentos que possibilitem a conferência das quantidades de trabalho realizadas, e o estabelecimento das normas dos respetivos autos de medição, dos materiais e equipamentos entregues e dos materiais usados retirados;
- t. Controlar e registar diariamente os trabalhos realizados (trabalhos contratuais, trabalhos complementares e eventuais trabalhos não previstos ou não devidamente ordenados pela Entidade Adjudicante) tendo em vista a quantificação dos valores orçamentais e utilizando os registos de consumo;
- u. Controlar os materiais fornecidos diretamente pela Entidade Adjudicante e aprovar todos os materiais a aplicar na obra fornecidos por terceiros;
- v. Controlar os materiais usados retirados das obras e garantir a sua entrega à Entidade Adjudicante;
- w. Proceder mensalmente às medições dos trabalhos e fornecimentos realizados, (no estrito cumprimento do estipulado no CCP), à elaboração dos autos de medição, que deverão ser apresentados à Entidade Adjudicante até ao dia 25 (vinte e cinco) do mês a que se refere o



auto, e informar e dar parecer sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro e fornecedores. As medições detalhadas que suportam o auto de medição devem ser elaboradas nos termos do ANEXO I ao presente Caderno de Encargos e remetidas à Entidade Adjudicante até ao dia 5 (cinco) do mês seguinte a que se refere o auto;

- x. Analisar e validar os cálculos de revisão de preços apresentados pelo empreiteiro, e no caso da não apresentação dos mesmos, efetuar os referidos cálculos de acordo com a legislação em vigor, considerando a fórmula de revisão de preços prevista no Caderno de Encargos da Empreitada;
- y. Elaborar e manter atualizada a conta-corrente da obra, segundo as normas legais em vigor, bem como as previsões mensais da evolução dos pagamentos a efetuar ao empreiteiro, submetendo-os à aprovação da Entidade Adjudicante;
- z. Elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção provisória, a Conta Final da Empreitada e o Relatório Final de Obra que incluam outros elementos que tenham sido disponibilizados pela Entidade Adjudicante, decorrentes de outros contratos para a mesma obra;
- aa. Elaborar atempadamente parecer sobre todos os pedidos de trabalhos complementares ordenados pela Entidade Adjudicante, ou sobre complementares reclamados pelo empreiteiro, em condições de serem submetidos à aprovação, de acordo com as regras em vigor na Entidade Adjudicante;
- bb. Analisar e dar parecer fundamentado sobre eventuais preços novos, globais ou unitários, para trabalhos apresentados pelo empreiteiro;
- cc. Conferir e controlar todas as faturas e notas de crédito emitidas pelo empreiteiro e fornecedores após aprovação dos respetivos trabalhos (contratuais e complementares) que lhe derem origem, propondo fundamentadamente à Entidade Adjudicante a sua satisfação ou rejeição de acordo com as normas contratuais e legais;
- dd. Conferir e controlar todas as faturas de revisões de preços emitidas pelo empreiteiro, devendo propor fundamentadamente à Entidade Adjudicante a sua satisfação ou rejeição de acordo com as normas contratuais e legais;
- ee. Fornecer toda a informação e preparação de dados necessários ao sistema de planeamento da Entidade Adjudicante.
- ff. Analisar e elaborar parecer sobre o Plano de Manutenção a apresentar pelo empreiteiro (caso aplicável).

Controlo de Execução da Obra



- a. Verificar e comparar permanentemente os materiais, os processos, os equipamentos e as soluções técnicas adotadas pelo empreiteiro na execução da obra, com as cláusulas, condições e características estabelecidas nos projetos, no contrato da empreitada e nas restantes disposições legais em vigor;
- b. Analisar e assegurar a correta materialização dos projetos aprovados e as eventuais alterações dos mesmos, verificando os parâmetros característicos de cada instalação, em conformidade com os projetos de execução respetivos;
- c. Assegurar a realização de todos os ensaios previstos nos Cadernos de Encargos dos Projetos e no contrato da empreitada bem como propor outros que entenda necessários;
- d. Indicar quais as Inspeções e Ensaios a executar para os diferentes tipos de trabalhos e a sua periodicidade, de acordo com o Caderno de Encargos do Projeto, e participar na sua realização, em colaboração com o empreiteiro, os autores dos projetos e outras entidades especializadas;
- e. Dar parecer sobre propostas apresentadas pelo empreiteiro no que respeita a alterações aos materiais, equipamentos e processos de construção a utilizar na obra, recorrendo sempre que julgue como necessário, a ensaios de controlo em laboratório próprio ou oficial;
- f. Analisar as alterações que venham a ser introduzidas ao projeto patenteado para adjudicação da obra, ou aprovado para execução, verificando a adequação das soluções previstas e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- g. Analisar e verificar a conformidade dos materiais aplicados, dos equipamentos utilizados e dos processos de construção envolvidos pelo empreiteiro da obra, implementando as ações necessárias, nomeadamente comentando com parecer fundamentado no sentido da sua aprovação ou rejeição, e informando sobre a documentação respetiva apresentada pelo empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes, promovendo, sempre que julgue necessário e/ou a Entidade Adjudicante o entenda, ensaios de controlo em laboratório próprio ou oficial (LNEC, preferencialmente), devendo ser dada preferência, quando disponíveis, a laboratórios de ensaios acreditados para o tipo de ensaios pretendido;
- h. Fiscalizar a qualidade das operações executadas pelo empreiteiro e verificar com recurso a meios topográficos próprios ou por si contratados a implantação das



partes integrantes da obra e a sua geometria, antes e ao longo da sua execução, por forma a garantir a boa execução e a correta materialização dos projetos aprovados;

- i. Controlo de revisões de desenhos;
- j. Controlar e participar na realização dos ensaios laboratoriais da obra previstos no seu título contratual, a efetuar pelo empreiteiro, e nos requeridos pela Entidade Adjudicante, pelos autores de projeto ou por outras entidades especializadas;
- k. Analisar o plano de estaleiro e de outras instalações provisórias, verificando a sua qualidade e conformidade com o estabelecido no contrato e legislação aplicável;
- l. Elaborar todas as recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no título contratual;
- m. Elaborar e participar, segundo as normas da Entidade Adjudicante nos processos conducentes à colocação em serviço, receção provisória da obra ou partes dela.
- n. Manter, durante a execução da obra, o arquivo de toda a documentação relativa à mesma, nomeadamente ensaios efetuados, quer em laboratório, quer no campo, todas as comunicações trocadas independentemente da sua forma, atualizado e em pastas adequadas, de modo a poderem ser consultadas a qualquer momento.
- o. Entregar, após o término da execução da obra, cópia em papel do arquivo referido na alínea anterior, bem como em formato digital.

A fase de controlo de execução da Obra considera-se concluída com a aprovação da Conta Final.

2.2.3 Principais obrigações relativas a “Coordenação de Segurança em Obra”

- a. Assegurar a função de Coordenador de Segurança, que desenvolve a função de Coordenador de Segurança e Saúde em Obra, de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2003, atendendo a:
 - i. Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (guia ILO/OSH 2001);
 - ii. Legislação aplicável de segurança e saúde no trabalho;
 - iii. Plano de Segurança e Saúde definido para a empreitada.
- b. Controlar as adaptações e desenvolvimentos do Plano de Segurança e de Saúde (PSS) da empreitada que venham a ser aprovados durante a execução dos trabalhos, de acordo com:
 - i. Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e demais legislação de



- segurança e saúde aplicável;
- ii. As especificações estabelecidas no Caderno de Encargos da presente prestação de serviços;
 - iii. As recomendações do Coordenador de Segurança em Obra.
 - c. Validação técnica do Coordenador de Segurança em Obra e apresentação para aprovação da Entidade Adjudicante de todas as propostas de adaptação e desenvolvimento do PSS que entenda convenientes e, de uma forma muito particular, aquelas que respeitem aos procedimentos de inspeção e controlo que permitam o desenvolvimento eficiente da ação;
 - d. Apresentar, mensalmente, à Entidade Adjudicante durante a vigência do Contrato, um relatório circunstanciado síntese, sobre as condições de segurança e saúde verificadas em obra, contendo a seguinte informação:
 - e. Documentação produzida no âmbito da segurança e saúde pela fiscalização e/ou empreiteiro, incluindo as suas aprovações e/ou não aprovações, caso aplicável;
 - f. Informações consideradas relevantes, no âmbito da segurança e saúde em obra, que hajam sido abordadas em sede de reunião (ou outra), anexando o respetivo registo ou evidência;
 - g. Quadro resumo de acidentes e índices de sinistralidade, respetiva análise e proposta de medidas de melhoria, incluindo em anexo os relatórios de investigação de acidentes de trabalho realizados;
 - h. Apresentação das principais situações de riscos detetadas e referência às respetivas medidas preventivas implementadas e/ou propostas;
 - i. Informação relativa às não conformidades detetadas, respetivos pontos de situação e registos (a apresentar em anexo);
 - j. Apreciação das implicações na segurança dos trabalhos no período seguinte e das medidas a implementar para melhoria do sistema em causa.
 - k. Propor, convocar, coordenar e secretariar reuniões de segurança com todas as entidades envolvidas nas questões de segurança da obra, assegurando a sua implementação, em conformidade com o PSS e o Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro;
 - l. Após a conclusão da empreitada o Cocontratante fornecerá à Entidade Adjudicante, devidamente organizado, em suporte de papel e/ou informático, conforme esta vier a definir, toda a documentação relevante recolhida no âmbito



da segurança e saúde do trabalho da empreitada, incluindo todos os registos da segurança e saúde no trabalho.

Esta fase concluir-se-á com a aprovação do Relatório Final de Obra.

2.2.4 Obrigações no âmbito do processo dos Trabalhos Complementares

Com vista à instrução do processo para emissão de ordem de execução de trabalhos completos, a Equipa de Fiscalização tem de emitir um parecer (para cada uma das ordens de execução) que tem de conter, entre outras, as seguintes menções:

- Descrição da ocorrência da necessidade dos trabalhos (datas, documento que identifique a deteção, fotografias, etc.);
- Descrição dos trabalhos;
- Enquadramento legal com fundamentação do cumprimento dos requisitos legais previstos no art. 370º do CCP;
- Estimativa de custo fundamentada, no caso de Preços Novos (com base em consultas ao mercado e no caso de não obtenção de resposta com base em preços de catálogo, geradores de preços, bases de dados, etc.);
- Prazo de execução e impacto no Plano de Trabalhos;
- Parecer da coordenação de segurança em obra;
- Menção e junção do parecer da Equipa Projetista.

2.3 PREÇO BASE

O preço contratual máximo é de **110 000€ (cento e dez mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

O preço base correspondente aos **18 (dezoito) meses** de execução da prestação de serviços é de **110 000 € (cento e dez mil euros)**, não incluindo o IVA, nos termos definidos no mapa de afetação.

Todas as despesas tidas no âmbito da presente prestação de serviços estão incluídas no preço contratual, nomeadamente taxas, contribuições e impostos, com exceção do IVA.

No âmbito do presente contrato está prevista uma bolsa de **4 (quatro) meses** que apenas serão faturados caso o prazo previsto não seja suficiente para a conclusão dos trabalhos objeto da presente prestação de serviços, no total de **24 444,44 € (vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos)** e mediante prévia aprovação da Entidade



matosinhos

Adjudicante.

Caso sejam despendidas mais horas do que as previstas contratualmente, as mesmas não serão objeto de faturação e correrão por conta do adjudicatário.

Todos os preços unitários a apresentar pelos concorrentes nas respetivas propostas devem ser iguais ou inferiores aos preços unitários apresentados para cada artigo no âmbito do Acordo-Quadro, sob pena de exclusão da sua proposta.



3 ENTIDADES INTERVENIENTES

As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da obra a que se refere a prestação de serviços, objeto deste Caderno de Encargos, são:

Dono da Obra: Entidade Adjudicante;

Projetistas: Autores dos estudos e projetos das obras a executar incluindo a assistência técnica no decurso da realização dos trabalhos;

Diretor de Obra: o técnico, representante do empreiteiro, habilitado nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho a quem incumbe assegurar a execução da obra, cumprindo o projeto de execução, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, e ainda o desempenho das competências previstas no CCP, em especial, no artigo 344.º do referido Código;

Diretor de Fiscalização de Obra: o técnico, habilitado nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, designado pelo Cocontratante, a quem incumbe assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, bem como com o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, e ainda o desempenho das competências previstas no CCP, em especial, no artigo 344.º do referido Código.

Coordenador de Segurança em Obra: o técnico, habilitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, designado pelo Cocontratante, a quem incumbe assegurar, em obra, o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, relativamente a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

Outras Entidades: entidades que poderão prestar apoio especializado no âmbito da prestação de serviços contratada, nomeadamente Consultores do Instituto da Construção / IST / FEUP; Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), ou entidades que tutelam em matérias que interferem com a realização dos trabalhos (Autarquias e Organismos Públicos, Concessionárias de redes públicas, etc.)

Cocontratante: prestador de serviços a quem é adjudicada esta prestação de serviços, objeto deste Caderno de Encargos;

Empreiteiro e Fornecedores: Cocontratantes da empreitada e fornecimentos.

Compete ao Cocontratante o estabelecimento e manutenção das ligações com as entidades intervenientes, nomeadamente a representação da Entidade Adjudicante, através de um Diretor



matosinhos

de Fiscalização de Obra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 344.º do CCP.



4 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE

4.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Compete ao Cocontratante estabelecer todo o sistema de organização indispensável à execução das tarefas a seu cargo, bem como o apetrechamento e a obtenção de todos os meios humanos complementares e materiais necessários à execução das ações a desenvolver, no âmbito da sua intervenção, de acordo com a proposta, ou com os ajustamentos que o desenvolvimento da obra determinar.

Se a Entidade Adjudicante verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.

No âmbito das obrigações contratuais o Cocontratante deve diligenciar no sentido da Equipa Técnica a afetar ter disponível meios de assinatura digital.

4.2 MEIOS DE ORGANIZAÇÃO

Compete ao Cocontratante organizar e gerir todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos enquadrados nas diversas áreas definidas no artigo 2.1. a fim de garantir a realização da obra dentro dos níveis máximos de qualidade e segurança, e de acordo com os planos e programas estabelecidos.

Para o desenvolvimento das atividades correspondentes à área de Gestão e Fiscalização de Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra é obrigação do Cocontratante dispor de meios informáticos, localizados em obra, que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários ao seu rápido e eficiente tratamento. Estes meios serão utilizados tendo em vista os seguintes objetivos fundamentais:

- a. Fornecer à Entidade Adjudicante a base de informação e análise necessária ao planeamento e à programação da obra. O Cocontratante para além dos meios informáticos referidos neste Caderno de Encargos poderá utilizar todos os meios informáticos complementares que entender convenientes, quer localizados na obra quer nos seus escritórios;
- b. Produzir toda a documentação necessária ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas neste Caderno de Encargos;
- c. Fornecer à Entidade Adjudicante, sempre que necessário, cópia integral de toda a



documentação produzida no âmbito das atividades a desenvolver pelo Cocontratante, registada em ficheiros compatíveis com o sistema operativo e o software utilizado pela Entidade Adjudicante;

d. Organizar e gerir o arquivo de obra.

O Cocontratante utilizará as matrizes de documentos a elaborar, nomeadamente o Relatório Mensal, a Ata de Reunião de Obra, Conta Final da Empreitada e Relatório Final de Obra, fornecidos pela Entidade Adjudicante, ou em modelos que venham a ser acordados entre as partes.

4.3 MEIOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A mobilização e seleção dos meios humanos necessários à execução dos trabalhos desta prestação de serviços são da inteira responsabilidade do Cocontratante, obrigando-se a garantir que todos os agentes coloquem a sua experiência, perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhes forem cometidos.

O Cocontratante não poderá substituir qualquer técnico sem o prévio consentimento da Entidade Adjudicante, devendo o pedido de substituição ser instruído com os documentos de habilitação exigidos para a categoria em causa, bem como a declaração prevista na alínea f) do número 11.1 do Programa de Concurso.

Caso o Cocontratante não cumpra com o especificado acima, ficará sujeito à aplicação da multa definida no ponto 11 do presente Caderno de Encargos.

É obrigação do Cocontratante sujeitar à apreciação da Entidade Adjudicante, num prazo limite de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, o plano de férias do pessoal que integra a equipa de fiscalização da obra, devendo atender às sobreposições e substituições hierárquicas e funcionais mais convenientes para o bom desenvolvimento dos serviços a que este Caderno de Encargos se refere.

A Entidade Adjudicante analisará o plano de férias referido, no prazo de 11 (onze) dias úteis a contar da data da sua receção e informará sobre eventuais alterações que considere relevantes introduzir. O Cocontratante no prazo máximo de 6 (seis) dias úteis apresentará o novo plano de férias, que contemple as alterações introduzidas pela Entidade Adjudicante ao abrigo do número anterior, devendo esta comunicar a sua aprovação no prazo de 6 (seis) dias úteis a contar da data da sua receção.

Por motivo de férias, doença ou outras ausências, é obrigação do Cocontratante substituir os elementos da equipa de fiscalização que se encontrem nessas condições. Esta substituição apenas



terá eficácia caso o Cocontratante submeta previamente à apreciação da Entidade Adjudicante, num prazo de 30 (trinta) dias em caso de gozo de férias, ou de imediato em caso de doença súbita, a sua substituição por elemento com habilitação profissional comprovadamente idêntica ou superior à do elemento substituído.

É obrigação do Cocontratante assegurar o transporte, alojamento e respetivas despesas dos meios humanos necessários à presente prestação de serviços.

O Cocontratante pode, caso assim o entenda, ou se verifique que exista necessidade, e mediante prévia anuência da Entidade Adjudicante, recorrer à intervenção no local da obra de quaisquer outros especialistas nos diversos ramos da engenharia, e especificamente em geotecnia. Tal intervenção não implicará para a Entidade Adjudicante qualquer encargo financeiro, ou de outro tipo, entendendo-se as referidas intervenções como da inteira responsabilidade do Cocontratante e em complemento da sua organização e competência para efeitos da execução das ações que lhe são cometidas no âmbito deste Caderno de Encargos.

A Entidade Adjudicante reserva o direito de ordenar a retirada de qualquer elemento do pessoal que, no seu juízo, não revele ter aptidões suficientes para as funções que ocupa ou que haja desrespeitado os agentes da Entidade Adjudicante, seus colaboradores ou outros intervenientes na obra, ou ainda provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres. Sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado, a ordem de dispensa de serviço deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante assim o exija.

O Cocontratante não terá direito a qualquer tipo de indemnização se ocorrer alguma das situações referidas acima, devendo de imediato proceder à substituição do elemento ou elementos suspensos nas condições previstas neste Caderno de Encargos.

Caberá ao Cocontratante todos os encargos com os meios informáticos (hardware e software) e de campo, consumíveis, equipamentos, necessários ao tratamento e processamento dos dados de campo, e todos os trabalhos e materiais necessários e decorrentes da execução do presente contrato, sendo que todos os equipamentos adquiridos pelo Cocontratante reverterão para si no final desta prestação de serviços.

O contrato da empreitada contempla o fornecimento de instalações para a equipa de gestão e fiscalização.

Todos os ensaios efetuados, quer em laboratório, quer no campo, devem ser entregues em duplicado e guardados em pastas adequadas, de modo a poderem ser consultados a qualquer



momento. Após o término da presente prestação de serviços, o arquivo é pertença da Entidade Adjudicante, e deve ser mantido permanentemente atualizado durante toda a prestação de serviços.

4.4 EQUIPA

A equipa de pessoal do Cocontratante a mobilizar para a presente prestação de serviços é a constante do **ANEXO 6** do Convite, devendo ser observado relativamente a cada uma delas as seguintes exigências:

A. Diretor de Fiscalização

Responsável pela Área Funcional de Gestão e Fiscalização de Empreitadas e que assume as funções de Diretor de Fiscalização da Obra, nos termos do n.º 2 do artigo 344.º do CCP e da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, e outras atividades conexas decorrentes das suas funções.

Este técnico deve ter a qualificação para a direção de fiscalização de obras de categoria IV nos termos do Anexo II da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

O Diretor de Fiscalização de Obra fica sujeito aos deveres constantes dos artigos 16.º e 17.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

Este técnico deve ter ainda assinatura digital necessária para o exercício das suas funções no âmbito dos processos da Câmara Municipal de Matosinhos.

O Diretor de Fiscalização de Obra é responsável, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, pelo ressarcimento dos danos causados a terceiros decorrentes da violação culposa, por ação ou omissão, de deveres no exercício da sua atividade, sem prejuízo da responsabilidade criminal, contraordenacional, disciplinar ou outra que exista, respondendo ainda, independentemente de culpa, pelos danos causados pelos seus representantes, mandatários, agentes, funcionários ou por quaisquer outras entidades que com eles colaborem na sua atuação.

B. Fiscal – Não aplicável para o presente procedimento

Técnico com formação e experiência comprovada na área ou Engenheiro que assegurará a Fiscalização de todas as atividades a desenvolver durante a fase de preparação/planeamento, execução da empreitada e receção provisória da mesma.

C. Coordenador de Segurança em Obra

Responsável pela Área Funcional Coordenação de Segurança em Obra e que assume as funções



constantes do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e outras atividades conexas decorrentes das suas funções.

Este técnico deve ter as habilitações e qualificações de técnico superior de segurança no trabalho, nos termos da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto.

Deverá ainda satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos:

Título profissional de agente técnico de arquitetura e engenharia e titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho;

Experiência profissional na direção ou acompanhamento da execução de obra ou na prevenção de riscos profissionais em obra, durante pelo menos três anos;

Aproveitamento em ação de formação específica inicial, com duração mínima de duzentas e cinquenta horas, ou o equivalente a pelo menos 15 créditos ECTS, devendo incluir as seguintes unidades de formação:

- a) Legislação e regulamentação relevantes para o exercício da atividade;
- b) Ação do coordenador de segurança e saúde em projeto e do coordenador de segurança e saúde em obra;
- c) Prevenção de riscos profissionais e riscos especiais inerentes à indústria da construção;
- d) Especificidades inerentes à Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho;
- e) Gestão e Coordenação de segurança e saúde, em projeto ou em obra.

OU

Deverá satisfazer um dos seguintes requisitos mínimos:

Técnico com formação superior em engenharia civil com experiência profissional na direção ou acompanhamento da execução de obra ou na prevenção de riscos profissionais em obra, durante pelo menos 5 (cinco) anos e titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho;

Técnico com formação superior em arquitetura com experiência profissional na direção ou acompanhamento da execução de obra ou na prevenção de riscos profissionais em obra, durante pelo menos 10 (dez) anos e titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de



segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho.

D. Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho – Não aplicável para o presente procedimento

Técnico com formação de técnico ou técnico superior de segurança no trabalho, nos termos da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto que assume funções de apoio às atividades a desenvolver pelo Coordenador de Segurança em Obra.

Deverá satisfazer um dos seguintes requisitos mínimos:

Técnico com formação superior em engenharia civil e titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho;

Técnico com formação superior em arquitetura com experiência profissional na direção ou acompanhamento da execução de obra ou na prevenção de riscos profissionais em obra, durante pelo menos 5 (cinco) anos e titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho;

Técnico com titularidade de certificado de aptidão profissional de técnico de segurança e higiene no trabalho, ou certificado de aptidão profissional de técnico superior de segurança e higiene no trabalho, com experiência profissional na direção ou acompanhamento da execução de obra ou na prevenção de riscos profissionais em obra, durante pelo menos 10 (dez) anos

E. Engenheiro ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico ou Eletromecânico

Engenheiro Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletromecânico.

F. Engenheiro ou Engenheiro Técnico Mecânico

Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Técnico Mecânico ou Engenheiro Técnico Eletromecânico.

G. Especialista em Segurança Contra Incêndios - Não aplicável para o presente procedimento

Engenheiro, Engenheiro Técnico ou Arquiteto

H. Arquiteto Paisagista - Não aplicável para o presente procedimento

Arquitetos paisagistas, com inscrição na associação profissional respetiva.

I. Técnico de Qualidade - Não aplicável para o presente procedimento



Engenheiro ou Engenheiro Técnico responsável pelo sistema de gestão da qualidade, o qual assegurará o acompanhamento do sistema de gestão de qualidade e deverá possuir as habilitações e competências adequadas à natureza da obra.

J. Técnico de Ambiente Não aplicável para o presente procedimento

Engenheiro do Ambiente ou Licenciado em Ciências do Ambiente, responsável pelo sistema de gestão ambiental para o acompanhamento ambiental da Empreitada, designadamente para garantir, controlar e acompanhar, todos os temas ambientais, assegurando o cumprimento das medidas de minimização de impactes ambientais previstas no Caderno de Encargos da empreitada e outras que se manifestem necessárias, de modo a garantir a proteção do ambiente e o cumprimento da legislação em vigor.

K. Topógrafo - Não aplicável para o presente procedimento

Técnico responsável pela verificação/confirmação de implantações, cotagens, alinhamentos, altimetrias e volumetrias na fase de execução da empreitada, interpretação de sistemas de informação geográficos e cadastros de terrenos.

L. Medidor Orçamentista- Não aplicável para o presente procedimento

Técnico com formação e experiência comprovada na área ou Engenheiro responsável por estimar preços reais de mercado e contruir processos que permitam aferir custos previsíveis a determinados trabalhos.

M. Geotécnico - Não aplicável para o presente procedimento

Engenheiro ou Engenheiro Técnico responsável pelo acompanhamento dos trabalhos geológicos e/ou geotécnicos na fase de execução da empreitada e deverá possuir as habilitações e competências adequadas à função.

N. Arqueólogo - Não aplicável para o presente procedimento

Técnico com formação e experiência comprovada na área, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de estudo arqueológico sempre que tal seja exigível.

O. Arquiteto - Não aplicável para o presente procedimento

Arquiteto, com inscrição na associação profissional respetiva.

Qualquer alteração à composição da Equipa Técnica deve ser previamente comunicada à Entidade Adjudicante e só será aceite caso o Cocontratante demonstre que o elemento técnico substituto



reúne, pelo menos, as mesmas habilitações legais e experiência profissional que o elemento técnico substituído, devendo apresentar os documentos comprovativos das habilitações legais e experiência profissional e, ainda, a declaração exigida na alínea g) do artigo 11.1 do Programa de Concurso.

A substituição referida acima apenas produz plenos efeitos no dia útil posterior à receção da comunicação, por escrito, da aceitação da substituição pela Entidade Adjudicante.

A substituição ou alteração à composição da Equipa Técnica não exonera o Cocontratante do pontual e atempado cumprimento das prestações de serviços que lhe sejam adjudicadas, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento dessas prestações, que deverão continuar a ser realizadas pelo elemento a substituir até que a decisão final emitida pela Entidade Adjudicante seja comunicada ao Cocontratante, exceto se o contrário for determinado pela Entidade Adjudicante.



5 PREÇO CONTRATUAL MÁXIMO

O preço contratual máximo é de **110 000 € (cento e dez mil euros)**, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Todas as despesas tidas no âmbito da presente prestação de serviços estão incluídas no preço contratual, nomeadamente taxas, contribuições e impostos, com exceção do IVA.

No âmbito do presente contrato e no preço contratual máximo está prevista uma bolsa **de 0 (zero)** horas que apenas serão faturadas caso seja necessário, por decisão da Entidade Adjudicante, recorrer a trabalho noturno e/ou trabalho em fim-de-semana, no total de **0€ (zero euros)**.

No âmbito do presente contrato está prevista uma bolsa de **(4)** meses referente à eventual necessidade de prorrogação dos serviços, em virtude, nomeadamente de atrasos da empreitada, no total de **24 444,44€ (vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos)**.

Caso sejam despendidas mais horas que as previstas contratualmente as mesmas não serão objeto de faturação e correrão por conta do adjudicatário.



6 CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 VALOR DA REMUNERAÇÃO

O Cocontratante obriga-se a realizar, pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, que se mostrem necessários para a sua perfeita execução, cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela Entidade Adjudicante.

A remuneração a receber pelo Cocontratante será correspondente ao custo dos recursos humanos previstos no ANEXO ... do Convite – Matriz de Quantidades (Preço Equipa Técnica), durante o período de efetiva mobilização em obra e cuja duração máxima consta do planeamento constante do mencionado Anexo.

Caso seja necessário prorrogar o prazo de execução do contrato, a remuneração a receber pelo Cocontratante pelos serviços prestados durante esse período será correspondente ao custo dos recursos humanos e do apoio administrativo, informático e meios materiais efetivamente mobilizados durante o período de prorrogação, até ao limite do preço contratual.

Caso seja necessário prestar serviços de fiscalização de trabalhos realizados fora do período normal de trabalho, o Cocontratante será remunerado mediante a aplicação dos preços horários previstos contratualmente às horas efetivamente despendidas e autorizadas pela Entidade Adjudicante, no regime de série de preços, até ao limite do valor contratualmente previsto para a rubrica “Horas Extra”.

Em consequência de novas necessidades decorrentes de atraso ou abrandamento na execução da empreitada e caso haja lugar a prorrogação formalizada nos termos previstos no artigo 9 e apenas na medida dos meios efetivamente mobilizados durante aquele período, a faturação será efetuada, sem exceções, segundo o regime de série de preços previsto no artigo infra.

Os preços unitários apresentados incluem todos os encargos legais com o pessoal (vencimento, férias, subsídios de férias, de Natal, de alimentação e deslocação, faltas justificadas, feriados obrigatórios, dias de descanso semanal e obrigatório, seguros, etc.), isenção de horário de trabalho, bem como os encargos administrativos e financeiros e todos os encargos sociais legalmente fixados.

6.2 REGIME DE SÉRIE DE PREÇOS

No que concerne aos pagamentos, o contrato reger-se-á pelo regime de série de preços, devendo a faturação ser apresentada de acordo com a medição mensal dos meios efetivamente mobilizados



e preços unitários.

Como decorre do regime de série de preços indicado, quer a composição da equipa, quer o tempo de afetação da mesma, constantes do Mapa de Afetação mencionado no ponto precedente poderão sofrer alterações para mais ou para menos por força do efetivo desenvolvimento da obra e correspondentes alterações de necessidade da equipa, efetivando-se as eventuais alterações por comunicação escrita da Entidade Adjudicante ao Cocontratante.

A não afetação, por indicação da Entidade Adjudicante, de parte dos meios propostos e consequente não pagamento, não constitui o Cocontratante no direito a qualquer indemnização por redução do preço contratual, até aos limites legais.

Apenas são remunerados os dias efetivos de trabalho prestado pelos elementos da equipa no local da obra, pelo que, todas as ausências devidas a férias, faltas justificadas, nojo, entre outras, serão do encargo do Cocontratante e, portanto, não passíveis de liquidação pela Entidade Adjudicante.

6.3 FATURAÇÃO E PAGAMENTO

Mensalmente, até ao 5.º dia do mês seguinte ao da prestação de serviços e com a aprovação dos serviços efetivamente prestados, deduzidos os descontos devidos de acordo com o estipulado no título contratual, deverá ser emitida fatura, e enviada para a Entidade Adjudicante.

A fatura deverá conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação da prestação de serviços, o número do contrato e o número de compromisso atribuído.

O quadro completo com o registo da presença efetiva da equipa de fiscalização no local da obra deverá ser apresentado semanalmente à Entidade Adjudicante, identificando cada técnico com o nome e a respetiva categoria profissional dentro dessa equipa, o qual servirá de base à determinação do efetivo pagamento mensal relativo à parcela dos meios humanos.

O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias a contar da data em que der entrada a fatura na Entidade Adjudicante.

A quantia correspondente a cada pagamento de trabalho contratual será acrescida do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

A Entidade Adjudicante deduzirá nos pagamentos parciais a fazer ao Cocontratante, todas as importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe tenham sido aplicadas e demais quantias que sejam legalmente exigíveis.



6.4 PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS A PEDIDO DO EMPREITEIRO

No âmbito do presente contrato e sempre que seja autorizada, pela Entidade Adjudicante, a realização de trabalhos fora do horário de trabalho e/ou ao fim de semana, os referidos custos dos serviços de fiscalização, serão imputados ao Empreiteiro.

Nos termos acima referidos a Entidade Adjudicante SRU informará quer a Equipa de Fiscalização quer o empreiteiro quais os técnicos que deverão acompanhar a realização de tais trabalhos, devendo sempre estar garantida a presença do Diretor de Fiscalização ou Engenheiro Fiscal e do Coordenador de Segurança em Obra.

Os serviços extraordinários prestados serão pagos pelo Empreiteiro com base no preço hora do presente contrato sem qualquer majoração.

6.5 REVISÃO DA REMUNERAÇÃO

O valor dos honorários é fixo e não sujeito a revisão de preços.

6.6 ADIANTAMENTOS

Não há lugar a adiantamentos.

6.7 CAUÇÃO

O Cocontratante garantirá por caução o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.

A caução referida no parágrafo anterior pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

A execução parcial ou total da caução referida constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Entidade Executante para esse efeito.

Caso a caução executada não seja repostada no prazo estipulado acima, a Entidade Adjudicante procederá à retenção do valor correspondente à mesma na faturação.

A restituição da caução ocorrerá 30 (trinta) dias de calendário após a conclusão dos serviços objeto



do presente Caderno de Encargos e do cumprimento de todas as obrigações por parte do Cocontratante nos termos do artigo 295.º do CCP, do contrato e do presente Caderno de Encargos, salvo se houver lugar à sua execução total ou parcial.

No caso de resolução do contrato, a caução só será extinta e restituído o depósito ou cancelada a garantia bancária ou o seguro-caução, depois de apuradas e pagas, se a isso houver lugar, as quantias que forem devidas à Entidade Adjudicante.

Todas as despesas derivadas da prestação da caução serão suportadas pelo Cocontratante.



7 PESSOAL

7.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à prestação de serviços a que se refere este Caderno de Encargos.

O Cocontratante é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem no local dos trabalhos.

7.2 HORÁRIO DE TRABALHO

O Cocontratante obriga-se a assegurar que o horário de trabalho praticado pela equipa a afetar à prestação de serviços é, pelo menos, idêntico ao horário praticado pelo empreiteiro da obra, de acordo com o estabelecido nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis à Indústria da Construção Civil, sem prejuízo da isenção de horário de trabalho infra referida, devendo ter patente no estaleiro o horário de trabalho em vigor.

No valor da proposta de prestação de serviços para a rubrica “Meios a afetar para o prazo de execução previsto” a apresentar pelo Cocontratante está incluída a remuneração referente à isenção de horário de trabalho, na modalidade prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 219.º do Código do Trabalho (observância do período normal de trabalho).

A prestação de serviços fora do período normal de trabalho, exclusivamente referente à fiscalização de trabalhos, deverá ser devidamente justificada de acordo com o Plano de Trabalhos da empreitada e sujeita a aprovação prévia e escrita pela Entidade Adjudicante devendo o respetivo pedido ser instruído com a identificação do horário a praticar, dos membros da equipa a afetar, respetivas categorias profissionais e acréscimos por trabalho suplementar aplicáveis de acordo com a legislação em vigor naquela data.

O texto completo e atualizado dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho porque se rege a atividade do Cocontratante estará sempre patente no local da obra e à disposição de todos os interessados, caso aplicável.

7.3 ACIDENTES, MEDICINA NO TRABALHO E SEGURANÇA DO PESSOAL

O Cocontratante fica sujeito ao rigoroso cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal que disponibilizar para a prestação de serviços, sendo da sua responsabilidade os encargos daí resultantes.

O Cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e



matosinhos

regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal disponibilizado para a prestação de serviços e a proporcionar-lhe toda a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional.



8 SEGUROS

Sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, o Prestador obriga-se a possuir uma apólice de seguro que garanta a responsabilidade civil em que incorrer por danos patrimoniais e não patrimoniais causados à Entidade Adjudicante, seus agentes, operadores ou terceiros em consequência da sua atuação no âmbito da presente prestação, nos termos do disposto no artigo 24º da Lei nº 31/2009, de 3 julho, na sua redação atual.

Todos os colaboradores do Cocontratante, deverão estar seguros por apólices de seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nelas constar uma cláusula pela qual a entidade se compromete a mantê-las válidas até à conclusão dos trabalhos.

As condições estabelecidas acima abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados, tarefeiros que trabalhem nos serviços de Fiscalização da obra, bem como os eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Cocontratante perante a Entidade Adjudicante, pela sua observância.

O Diretor de Fiscalização de Obra deverá ser tomador de uma apólice de seguro profissional de responsabilidade civil extracontratual, destinado a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, imputados a si ou a empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente afetas à sua atividade.

Pode também o Cocontratante ser o tomador de seguro de responsabilidade civil nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

O Prestador obriga-se a manter válida a referida apólice de seguro desde a adjudicação desta aquisição de serviços até à receção provisória da empreitada.

O Prestador obriga-se, igualmente, a apresentar a prova documental da existência do contrato de seguro referido no número anterior, num prazo a definir pela Entidade Adjudicante, sempre que esta o entender por conveniente.

O referido seguro deverá estar contratado junto de seguradoras autorizadas a exercer a atividade em Portugal.

Os encargos referentes ao seguro bem como qualquer dedução efetuada pelas seguradoras a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do Prestador.



9 PRAZOS

Os serviços a realizar pelo Cocontratante terão a duração necessária ao acompanhamento integral da empreitada até à aprovação da conta final, sem prejuízo das obrigações contratual ou legalmente exigidas no período após o termo do prazo do contrato.

O prazo de vigência do contrato tem início 1 (um) mês antes da data da consignação da empreitada, sendo a data de início do prazo de vigência do contrato comunicada pela Entidade Adjudicante, com uma antecedência mínima de 15 dias e terá uma duração prevista **de 18 (dezoito) meses**, considerando **14(catorze) meses** de execução da empreitada.

No âmbito da execução da presente prestação de serviços está prevista 1 (um) mês após a conclusão da empreitada para acompanhamento da eventual correção de defeitos, elaboração de relatório e conta final da empreitada e acompanhamento no processo de Telas Finais e Compilação Técnica.

O presente contrato inclui ainda uma bolsa de **4 (quatro) meses** para a prestação de serviços, em caso de eventual prorrogação de prazo da empreitada por factos não imputáveis ao empreiteiro.

O contrato produzirá os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, à exceção dos financeiros, os quais dependerão da verificação da condição suspensiva de emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, sendo os encargos com o visto da responsabilidade do Cocontratante (caso aplicável).

Caso o prazo efetivo da execução do contrato seja inferior ao referido acima não advirá ao Cocontratante o direito a qualquer indemnização.

Caso seja necessário prolongar o período de vigência da prestação de serviços por atraso ou abrandamento na execução da empreitada, o contrato poderá, mediante aditamento, ser prorrogado, com aplicação dos preços unitários contratualmente estipulados, pelo período necessário ao cumprimento da obrigação constante da alínea z) da cláusula 2.2.1.2, conquanto não seja excedido o preço contratual.

Atendendo à natureza das prestações inerentes ao contrato, diretamente dependentes da execução do contrato da empreitada, o prazo acrescido das prorrogações referidas acima poderá ser superior a 3 (três) anos.



10 OBRIGAÇÕES PÓS-CONTRATUAIS

O Cocontratante obriga-se ainda, no período de 1 (um) ano após a receção provisória, a responder e informar a Entidade Adjudicante sobre todas e quaisquer questões que venham a ser colocadas pelo empreiteiro, pela Câmara Municipal e diversos serviços camarários, concessionárias, pelos serviços centrais da Entidade Adjudicante e por entidades fiscalizadoras ou de auditoria relativamente à empreitada objeto deste contrato, de preferência com o recurso aos elementos que prestaram serviço na equipa de fiscalização.

Dentro destas tarefas tem especial importância, a análise e o parecer devidamente fundamentado, quer na sua vertente técnica quer jurídica, sobre eventuais reclamações ou pedidos indemnizatórios apresentados pelo empreiteiro e/ou terceiros, independentemente do momento em que forem apresentados.



11 PENALIDADES

Quando notificados para a mobilização de meios e, no prazo definido, não seja apresentada a Equipa Técnica, a Entidade Adjudicante poderá aplicar uma sanção correspondente ao quantitativo diário de 1 000,00€ (mil euros).

Se o Cocontratante ou quem o represente, ou os seus agentes, derem causa que permita ao empreiteiro exigir uma indemnização à Entidade Adjudicante, deverá o Cocontratante indemnizar a Entidade Adjudicante por todos os prejuízos sofridos.

A não comparência do Cocontratante e ou de quem o deva representar para reuniões e outros eventos, devidamente convocados e para os quais esteja prevista a sua presença dará lugar à aplicação de sanção correspondente a € 100 (cem euros) por cada ausência salvo se em situações devidamente justificadas ou com o acordo da entidade adjudicante.

Por cada reincidência do mesmo agente na falta referida acima, a sanção duplica até ao limite máximo de 3 (três) reincidências, a partir do qual o agente terá de ser retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante.

Não haverá lugar à aplicação da sanção referida acima no caso, do agente ter sido substituído, em tempo oportuno, por outro de categoria igual ou superior e o facto comunicado à Entidade Adjudicante e aprovado por esta.

Caso o Cocontratante, sem motivo de força maior, faça a substituição definitiva de algum dos técnicos afetos ao contrato, poderá sofrer a juízo da Entidade Adjudicante uma penalização pecuniária de valor igual a 3 (três) vezes o valor mensal do elemento substituído, sem prejuízo de ter de submeter à apreciação da Entidade Adjudicante o elemento substituto.

Se o Cocontratante não proceder à entrega atempada dos documentos, designadamente relatórios e/ou pareceres, necessários para a aprovação de trabalhos complementares, prorrogação de prazo, modificações objetivas ao contrato, quaisquer aditamentos ao contrato da empreitada, cuja fiscalização é objeto do presente contrato, será passível de aplicação de sanção correspondente ao quantitativo diário de 200,00€ (duzentos euros).

Nos termos do descrito acima, o Cocontratante será ainda responsável por todos os prejuízos em que, por esse motivo, a Entidade Adjudicante venha a incorrer, nomeadamente, indemnização ao empreiteiro por suspensão de trabalhos.

A falta de qualquer obrigação imposta neste Caderno de Encargos e não incluída nas sanções anteriores, implica a aplicação de sanção diária, por cada falta e a contar da data em que a respetiva



obrigação deveria ter sido cumprida, de 0,1‰ (um décimo por mil) do preço contratual.

A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

A cobrança das eventuais sanções em que o Cocontratante incorra, será efetuada, a critério da Entidade Adjudicante, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade, ou por acionamento das garantias em poder da Entidade Adjudicante.

O disposto no presente artigo não prejudica o direito da Entidade Adjudicante de exigir ao Cocontratante a indemnização por todos os prejuízos sofridos.



12 MODIFICAÇÕES OBJETIVAS AO CONTRATO

Em face de novas necessidades, ditadas por exclusivas razões de interesse público, relacionadas diretamente com o local da empreitada ou motivadas por razões alheias ao controlo do Dono de Obra, na execução da empreitada, poderá o contrato ser modificado, nos termos da prévia avaliação das circunstâncias pela Entidade Adjudicante à luz das normas legais aplicáveis, nas seguintes situações e condições:

- a. Alteração do prazo global da empreitada, incluindo a antecipação do mesmo;
- b. Suspensão de uma ou mais fases da obra, observando-se as regras legais aplicáveis quanto ao recomeço da execução do contrato.

O contrato poderá ainda ser modificado com base nos fundamentos legalmente previstos, designadamente em face de qualquer alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme a alínea a) do artigo 312.º do CCP.

As modificações ao contrato resultantes do disposto acima observarão os limites previstos no artigo 313.º do CCP, devendo constar de aditamento, a celebrar entre as partes, mediante a prévia aprovação da correspondente despesa.



13 CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE

Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das obrigações contratuais, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Entidade Adjudicante, pode notificar o Cocontratante para que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que a Entidade Adjudicante indicar, no cumprimento do artigo 318.º-A do CCP.

Os direitos e obrigações do Cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior transmitem-se, automaticamente, para o cessionário na data da produção de efeitos daquele ato.